

BC adiou para fevereiro acordo com os credores

O Brasil e os bancos credores adiaram a conclusão do acordo da dívida externa, de 30 de novembro para fevereiro de 1994. O presidente do Banco Central, Pedro Malan, explicou ontem que o Governo precisa de maior folga para fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem acordo com o FMI, não há acordo com os bancos privados para rolagem da dívida de 35 bilhões de dólares. "Foi uma decisão de comum acordo com o comitê dos bancos, para evitar o colapso do acordo", disse Malan.

O acordo brasileiro com o FMI terminou no último dia 30 de agosto. As negociações para um novo acordo serão retomadas no final do mês, quando o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e equipe participa da reunião anual do FMI e do Banco Mundial. Malan explicou que a decisão de adiar o fechamento do acordo — cuja parte operacional

está pronta, inclusive os contratos a serem assinados por cerca de 700 bancos credores — leva em conta outra razão. Na assinatura do acordo, o Tesouro americano emitirá bônus que darão garantia aos títulos brasileiros.

Dificuldades — Por questões de mercado, segundo Malan, essa emissão tem que ser anunciada com 35 dias de antecedência. Se o acordo fosse fechado em 30 de novembro, esse anúncio aconteceria em 25 de outubro. Malan acredita que isso não será possível. "O acordo com o Fundo é processo, não sabemos o que vai acontecer", justificou. Ele citou algumas "dificuldades" que poderão permear as negociações com o FMI, como a queda na receita da União com a suspensão da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A União deverá deixar de arrecadar cerca de 600 milhões de dólares com o fim

do IPMF.

Por seu turno, o negociador da dívida, André Lara Resende, informou que a nova data para a conclusão do acordo com os bancos será comunicada ao Senado, através de exposições de motivos, no início de outubro. Ele disse que, no último dia nove, foi concluída a escolha dos bancos sobre as opções para renegociação da dívida por 30 anos. A distribuição ficou dentro do perfil desejado pelo Governo e é a seguinte até agora: 35 por cento de bônus de desconto (reduz a dívida em 35 por cento, com juros flutuantes); 36 por cento em bônus ao par (juros fixos); 19 por cento em bônus de capitalização; 5 por cento de dinheiro novo e 5 por cento de bônus *flirb* (redução temporária de juros).

Lara Resende disse, ainda, que o País terá que desembolsar 4,4 bilhões de dólares em garantias. Na assinatura do acordo, haverá um desembolso de 2,8 bilhões.